



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 22/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado criticou o Decreto nº 12.686, de 2025, que criou a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, classificando-o como ilegal e inconstitucional. Afirmou que a medida extinguiu escolas especiais e desconsiderou conquistas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além disso, anunciou o protocolo do Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025 para sustar o Decreto Federal e pediu apoio do Congresso para defender as Apaes e instituições especializadas na educação inclusiva.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou o lançamento do Programa Reforma Casa Brasil, criado pelo Governo Federal para oferecer R\$ 40 bilhões em crédito a famílias de baixa renda que desejavam reformar suas casas. Afirmou que a iniciativa complementava o Minha Casa, Minha Vida e outras políticas habitacionais, ressaltando que moradia era um direito essencial. Também comemorou o controle da inflação e o aumento da renda média dos trabalhadores durante o atual Governo, apontando avanços como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Por fim, anunciou o sinal verde do MEC para a criação de um curso público de medicina no Município capixaba de Alegre (ES), com início previsto para o segundo semestre de 2026.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado registrou a visita do Prefeito de Monte Sião (MG), Juninho Zucato, à Câmara dos Deputados e denunciou uma fraude cibernética que desviou R\$ 5,7 milhões dos cofres municipais. Afirmou que o episódio deveria servir de alerta a outros Municípios e à população diante do aumento dos crimes virtuais e pediu que a Caixa Econômica Federal devolvesse os valores ao Município.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado comentou a confirmação da agenda entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, destacando a importância do encontro para o fortalecimento das relações comerciais entre os dois países. Elogiou a postura firme de Lula na defesa da soberania e das instituições brasileiras, ressaltando sua experiência política e capacidade de negociação. Também informou a contratação de 22 novos médicos peritos do INSS para o Pará e anunciou a ampliação dos serviços com o PREVMóvel, que atenderá regiões amazônicas. Por fim, defendeu a criação de uma superintendência do INSS para o Norte do Brasil, com sede em Belém (PA).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Patrícia, da Secretária de Saúde Thalita e do Diretor do hospital de Rubiataba (GO), Bruno. Informou que a comitiva esteve em Brasília em busca de recursos para concluir a reforma do hospital municipal, que ainda necessita de R\$ 1,2 milhão. Também destacou a importância de Rubiataba, cidade moveleira localizada no Vale de São Patrício, que atende a toda a região e ao Estado de Goiás.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado lamentou a rejeição, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de seu projeto que buscava corrigir o tratamento previdenciário dos policiais e bombeiros militares das 27 unidades da Federação. Afirmou que o Brasil é um dos países que mais desvaloriza suas forças de segurança e atribuiu a derrota à pressão de governadores do Nordeste contrários à proposta. Por fim, explicou que o projeto pretendia restabelecer a regra anterior a 2020, que limitava a cobrança de imposto apenas sobre valores acima do teto do INSS.

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado manifestou indignação com o assassinato de um optometrista e de um paciente em Itapetininga (SP), crime cometido por um oftalmologista. Classificou o episódio como reflexo da hostilidade e do assédio que profissionais da optometria sofrem no País. Também lembrou que o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito desses profissionais de exercerem suas atividades e criticou entidades médicas que ainda desrespeitam essa decisão. Por fim, pediu justiça, solidariedade às famílias das vítimas e afirmou que a saúde deve ser um espaço de cooperação e respeito entre as categorias profissionais.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a presença das Vereadoras Denise Bitencurt e Aline Trentini, da cidade de Três Coroas (RS), elogiando-as como exemplos de integridade, dedicação e engajamento político. Afirmou que ambas representam com orgulho o Rio Grande do Sul e demonstram compromisso com o desenvolvimento do País.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância da saúde mental e defendeu a manutenção e expansão dos serviços públicos de psiquiatria e psicologia. Enfatizou a relevância dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), incluindo a criação de unidades infantis, para atender crianças com transtornos de comportamento, espectro autista e dificuldades de aprendizado, bem como suas famílias. Também mencionou um projeto de sua autoria voltado para políticas municipais de saúde mental e ressaltou a necessidade de que Prefeituras priorizem a psicologia em seus municípios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado cumprimentou Vereadores do Estado do Rio de Janeiro presentes na Câmara dos Deputados, destacando o trabalho desenvolvido por eles em seus Municípios. Mencionou os Vereadores Gu Salim, Léo Retto, Ciro, Vaguinho e Guilherme, elogiando sua dedicação à população. Também reafirmou o compromisso de apoiar os Municípios fluminenses por meio da destinação de emendas e recursos, reforçando a parceria entre o Congresso Nacional e as administrações locais para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado destacou seu trabalho em prol de idosos, pessoas com deficiência e aposentados, mencionando sua atuação na CPMI do roubo dos aposentados no Senado. Reforçou seu compromisso municipalista e informou que reapresentou requerimento na CPMI para convocar Frei Chico no inquérito sobre o desvio de recursos de aposentados. Também relatou a destinação de recursos a Municípios de Rondônia, informando investimentos de quase R\$ 27 milhões em Ariquemes (RO), R\$ 10 milhões em Buritis (RO) e mais de R\$ 100 milhões em Porto Velho (RO), incluindo R\$ 41 milhões para a saúde da capital.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado agradeceu a presença do Vereador Neguinho, de Barra do Garças (MT), destacando-o como um defensor das classes menos favorecidas e elogiando seu trabalho como representante municipal no Mato Grosso.

Lucas Ramos (PSB - PE) - O Deputado destacou a importância do programa Brasil Sorridente, maior política pública de saúde bucal do mundo, que devolve autoestima, cidadania e dignidade a milhões de brasileiros. Lembrou que a iniciativa foi criada em 2004 e consolidada pela Lei nº 14.572, de 2023, tornando a atenção odontológica obrigatória no SUS, com serviços de atenção primária, especializada, promoção em saúde e apoio terapêutico. Também apontou desafios, como ampliar a cobertura e a oferta de serviços especializados, reduzir filas e integrar a saúde bucal às demais ações do SUS.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado esclareceu que o Vereador Neguinho é de Alto Garças (MT), e não de Barra do Garças (MT), destacando novamente seu trabalho em defesa das classes menos favorecidas.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a preocupação com a segurança dos profissionais de saúde no Rio de Janeiro, relatando invasões a unidades de saúde e ameaças a médicos e enfermeiros. Mencionou audiência com o Governador do Estado, na qual sugeriu a implementação de medidas de proteção, incluindo o Programa Ronda da Saúde, inspirado na ronda da educação, para aumentar a segurança nas unidades e proteger tanto os profissionais quanto os pacientes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou o trabalho de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias de todo o Brasil, que estão em Brasília em busca da aprovação do Projeto de Complementar nº 185, de 2024, no Senado, para regulamentar a aposentadoria especial prevista na Emenda Constitucional nº 120, de 2022. Também abordou a tarifa zero, citando audiência com o Deputado Jilmar Tatto e estudos solicitados pelo Presidente Lula. Por fim, defendeu a ampliação da tarifa zero, já implementada em 170 Municípios, como forma de fortalecer o comércio físico, gerar impacto social positivo e equilibrar a concorrência com o comércio digital.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado apresentou três Vereadores de Espigão do Oeste (RO), Kissila Ponath, Secretária de Saúde; Amilton Alves, Presidente da Câmara; e Pedro Mandioca, destacando o trabalho deles em prol do Município. Informou que destinou quase R\$ 30 milhões para garantir abastecimento de água, diante da escassez no rio local, reforçando seu compromisso com a população e com os representantes locais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado destacou a presença do Vereador Jorge, de Alto Garças (MT), elogiando sua atuação em defesa do Município.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado alertou para o que chamou de maior crise econômica da história do Brasil, criticando a gestão do Governo Lula. Argumentou que o gasto público descontrolado e o aumento da dívida pública colocam o País em risco de colapso a partir de 2027. Também afirmou que os programas sociais são financiados pelos impostos da população e destacou a necessidade de cortes de despesas pelo Governo, comparando à gestão financeira doméstica. Por fim, apontou que, ao invés de reduzir gastos, o Executivo recorre a empréstimos e juros altos, criando uma falsa impressão de progresso econômico e adiando o enfrentamento de problemas fiscais estruturais.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou a atuação da Esquerda na comunicação política, afirmando que incentiva conflitos entre ricos e pobres. Manifestou inconformismo com declarações de uma Vereadora de Santa Rita do Sapucaí (MG), que acusou uma cooperativa local de explorar trabalhadores na produção de café. Também defendeu a cooperativa, destacando o trabalho de pequenos e médios produtores rurais que atuam com dedicação e sem exploração, preservando a agricultura familiar.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, afirmando que o julgamento de pessoas acusadas de “ataques às urnas eletrônicas” fere o princípio da legalidade penal. Segundo ele, “não há crime sem lei anterior que o defina”, e, portanto, questionar o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

sistema eleitoral não pode ser considerado crime, mas sim uma manifestação de liberdade de expressão. Acusou Moraes de “criar crimes na própria cabeça” e de desrespeitar a Constituição, as leis e a liberdade do povo brasileiro. Além disso, lembrou que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido ao qual Moraes foi filiado, também contestou o resultado de eleições passadas sem sofrer sanções, argumentando que há “dois pesos e duas medidas” no tratamento de críticas ao sistema eleitoral. Por fim, classificou a situação como vergonhosa, pediu a retomada da plena liberdade de expressão no país e finalizou com a frase: “Deus abençoe o Brasil!”.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após a aprovação da isenção da taxa de luz para famílias que consomem até 80 kWh, medida que beneficiará 4,5 milhões de famílias. Ressaltou que a conta de luz subirá em média 18% em todo o país, atingindo principalmente a classe média e pequenos empresários. Afirmou que o Governo aumenta tributos repetidamente e que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, o que, em sua visão, desestimula a geração de riqueza e empurra empresários para fora do país. Ironizou o discurso do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre taxar os ricos, dizendo que o Brasil tem muito menos milionários que os Estados Unidos e que o custo trabalhista brasileiro sufoca o setor produtivo. Por fim, responsabilizou o Partido dos Trabalhadores (PT) pela crise econômica e pelo aumento das tarifas, afirmando que o país “está ficando para trás na América Latina” e pediu mudança de rumo político nas próximas eleições.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.041, de 2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão e item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em território nacional. Lembrou que, em 2016, a Resolução nº 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) retirou o direito à bagagem despachada gratuita sob o argumento de que isso baratearia o preço das passagens, o que nunca se concretizou; e disse que empresas como Latam e Gol tentam restringir ainda mais o direito do passageiro, limitando a gratuidade apenas a mochilas pequenas que caibam sob o assento. Classificou a medida como “grave e abusiva”, afirmando que viola o Código de Defesa do Consumidor ao impor vantagens excessivas às companhias aéreas. Por fim, criticou outras cobranças indevidas, e informou ter apresentado o Projeto de Lei 5.320, de 2025, que altera o Código de Defesa do Consumidor para proibir a cobrança pela marcação de assentos em voos domésticos.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a saída do Ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo ironicamente que ele permaneça no cargo. Afirmou que Barroso ajudou a criar um ativismo judicial que transformou o Supremo em um tribunal que “legisla, prega e milita”, afastando-se da função de apenas julgar. Além disso, acusou o Ministro de “moldar a Constituição como argila moral” e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

de substituir o papel de juiz pelo de “salvador”, o que teria corroído a autoridade do STF. Concluiu dizendo que, se Barroso realmente quisesse sair, deve fazê-lo “com dignidade, assumindo os próprios erros”.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado, que é cirurgião pediátrico, criticou o voto do Ministro Luís Roberto Barroso, que defendeu a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, classificando a decisão como uma afronta à democracia representativa e um caso de ativismo judicial. Explicou detalhes sobre o desenvolvimento fetal nesse período — citando batimentos cardíacos, resposta a estímulos e formação dos órgãos — para reforçar sua posição contrária ao aborto. Afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) ultrapassa seus limites constitucionais ao legislar sobre temas de alta sensibilidade social sem debate popular, e defendeu que a decisão sobre o aborto cabe exclusivamente ao Congresso Nacional. Concluiu reafirmando respeito institucional ao Supremo, mas insistiu que “a vida é um direito fundamental” e que o Judiciário não pode criar regras sem o devido processo legislativo.

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado defendeu o ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando o Judiciário por mantê-lo em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica e alegando que ele sofre perseguição política sem provas. Afirmou que não há evidências de armas ou crimes nas manifestações de 8 de janeiro e que Bolsonaro está sendo “humilhado” injustamente, proibido até de falar com o filho Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos. Pediu que o Congresso aprovasse uma anistia “ampla, geral e irrestrita” para os envolvidos nos eventos políticos e comparou a situação à anistia de 1988, citando nomes como Lula, Michel Temer, Fernando Henrique e Mário Covas, que, segundo ele, votaram pela anistia aos participantes da luta armada. Por fim, disse que Bolsonaro não autorizou ninguém a falar em seu nome e fez uma referência bíblica a Daniel na cova dos leões, sugerindo que, assim como Daniel, Bolsonaro seria inocente e injustiçado, enquanto os que o perseguem seriam punidos.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministro Alexandre de Moraes, afirmando que questionar as urnas eletrônicas se tornou “um crime” no Brasil, e que o debate sobre o voto impresso foi censurado. Citou as recentes condenações de pessoas por ataques ao sistema eleitoral, comparando as penas aplicadas — de até 17 anos de prisão — a crimes como o estupro, cuja pena, é menor. Argumentou que não há lei que tipifique como crime duvidar das urnas, o que configuraria um abuso do STF e um ataque à liberdade de expressão. Também criticou o Ministro Flávio Dino, lembrando que, antes de integrar o Supremo, o próprio Dino havia questionado a segurança das urnas e defendido o voto impresso quando era Deputado. Por fim, afirmou que o Brasil não vive mais sob uma democracia plena, mas sim sob uma “cleptocracia no STF”, acusando a Corte de agir politicamente e de aplicar “dois pesos e duas medidas” conforme a conveniência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado convidou a população e as autoridades baianas para o encontro sobre o Canal do Sertão, que ocorrerá em Feira de Santana (BA), com o objetivo de discutir a transposição das águas do Rio São Francisco para o sertão baiano. Ressaltou que o projeto — conhecido como Eixo Sul da Transposição — foi idealizado ainda no primeiro Governo Lula, há 20 anos, mas ficou paralisado, sendo agora retomado pelo atual Governo. Explicou que a obra é essencial para garantir segurança hídrica a 44 Municípios e mais de 2 milhões de pessoas, possibilitando produção, riqueza e alívio dos efeitos da seca no semiárido. Além disso, enfatizou que o projeto está pronto, mas precisa de agilidade na execução, e fez um chamado conjunto ao Governador Jerônimo Rodrigues, ao Presidente Lula, ao Ministro Rui Costa e aos Senadores baianos Jaques Wagner, Otto Alencar e Ângelo Coronel para unir esforços. Concluiu afirmando que o Canal do Sertão é a obra mais importante da Bahia, pelo impacto social e econômico que trará para o Estado e para o Nordeste.

Rosana Valle (PL - SP) - A Deputada homenageou as Vereadoras Adriana Machado e Andreia Feijó, da cidade do Guarujá (SP), que participam em Brasília (DF) de um encontro nacional de Vereadoras. Destacou que ambas são mulheres comprometidas e atuantes, que representam com dedicação e orgulho a população guarujaense e as mulheres da Baixada Santista. Finalizou dando as boas-vindas ao Congresso Nacional e parabenizando as visitantes pelo trabalho e engajamento político.

Dr. Victor Linhalis (PODE - ES) - O Deputado saudou o Deputado Estadual Denninho Silva, também do Espírito Santo, que esteve presente no plenário da Câmara. Elogiou o trabalho de Denninho na Assembleia Legislativa capixaba, destacando-o como um agente transformador de realidades e um Parlamentar comprometido com o desenvolvimento do Estado. Encerrou expressando alegria pela visita, reafirmando a parceria entre seus mandatos e desejando bênçãos e sucesso ao colega.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o Ministro Luiz Fux, afirmando que ele passou por uma “metamorfose política” ao longo dos julgamentos relacionados ao golpe de 8 de janeiro e à condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Destacou que esteve presente nos três dias de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), quando foram condenados Bolsonaro e outros envolvidos no núcleo militar e civil do golpe. Afirmou que a decisão representou dois marcos históricos: o fim da tutela militar e o fim da impunidade para golpistas. Além disso, acusou Fux de ter sido “abduzido pelo bolsonarismo”, lembrando que o Ministro presenciou tentativas de invasão ao STF por caminhoneiros bolsonaristas, mas, no julgamento, absolveu Bolsonaro e condenou apenas subordinados, como Mauro Cid e Braga Netto. Afirmou que o Ministro estaria tentando atrasar o processo com revisões protelatórias e formar um “bunker bolsonarista” na 2ª Turma do STF, o que classificou como manobra política. Por fim, disse que Fux está “totalmente desmoralizado” e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

reafirmou que Bolsonaro deve cumprir os 27 anos de prisão pelos crimes cometidos, encerrando com a frase: “Viva a liberdade no Brasil!”.

Thiago de Joaldo (PP - SE) - O Deputado prestou homenagem ao Município de Nossa Senhora das Dores (SE), que celebra 105 anos de fundação. Na oportunidade, leu um texto produzido por filhos ilustres da cidade, destacando sua história, fé e relevância cultural. Lembrou que o Município, conhecido como “Portal do Sertão Sergipano”, nasceu do antigo povoado Enforcados, transformando “dor em esperança”; e que ao redor de uma capela dedicada à padroeira, surgiu a vila que evoluiu até se tornar cidade em 23 de outubro de 1920. Exaltou as tradições locais, como o Madeiro, os Penitentes e as Cavalgadas, e o forte sentimento de “dorensenidade”, que une seus habitantes onde quer que estejam. Mencionou ainda o Projeto Memórias, a Academia Dorense de Letras, e o papel de artistas e educadores na preservação da cultura e da história local. Concluiu afirmando que Nossa Senhora das Dores é símbolo de fé, trabalho e amor, e reforçou o orgulho do povo dorense por sua trajetória.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada destacou, durante o Outubro Rosa, os avanços nas políticas públicas de combate ao câncer de mama, doença que mais mata mulheres no Brasil e no mundo. Celebrou a aquisição, pelo Ministério da Saúde, do medicamento Trastuzumabe Emtasina; e a publicação da portaria que regulamenta a Política Nacional de Combate ao Câncer, que define diretrizes para diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. Por fim, comemorou essas vitórias como símbolos do compromisso contínuo com a saúde das mulheres.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada elogiou o lançamento do Programa Reforma Casa Brasil, criado pelo Presidente Lula para financiar reformas e melhorias em moradias de famílias de baixa renda. Destacou que quem vive nas favelas sabe o valor de uma casa segura e digna, mas que muitas pessoas não conseguem concluir suas moradias por falta de recursos, ficando vulneráveis à chuva e a riscos estruturais. Explicou que o programa, uma iniciativa dos Ministérios das Cidades e da Fazenda, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), prevê R\$ 40 bilhões em investimentos para reformas, ampliações e construção de banheiros, telhados e instalações elétricas e hidráulicas, com o objetivo de melhorar a habitabilidade e promover acessibilidade. Afirmou que essa política pública representa “dignidade para quem mora nas periferias”, pois permitirá que famílias vejam suas casas “emboçadas, pintadas e com estrutura decente”. Concluiu agradecendo ao Presidente Lula e aos Ministros Fernando Haddad, Jader Filho e ao Presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, por conduzirem um programa que transformará a vida de milhões de brasileiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado elogiou o Projeto de Lei nº 5.041, de 2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão e item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em território nacional. Afirmou que o projeto representa uma vitória do consumidor brasileiro, lembrando que as companhias aéreas, ao obterem autorização para cobrar malas despachadas, prometeram reduzir o preço das passagens. Destacou que a proposta não é contra o setor aéreo, mas um “ajuste ético e equilibrado” que reafirma o direito do consumidor. E acrescentou: “O lucro é legítimo, mas não pode se sobrepor ao direito. O mercado precisa de liberdade, mas o consumidor precisa de proteção.” Na continuidade, parabenizou o autor da proposição, Da Vitória e o relator Neto Carletto, e afirmou que o Parlamento deu um recado claro à sociedade, defendendo um transporte aéreo mais justo e transparente. Em seguida, criticou uma Medida Provisória que trata do setor elétrico, acusando o Governo Federal de prejudicar pequenos produtores e consumidores de energia solar. Concluiu pedindo ao Governo que reconsidere a medida e reafirmando que o papel do Parlamento é proteger o consumidor e o pequeno produtor brasileiro.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado celebrou os 508 anos da Reforma Protestante, destacando sua importância histórica para a liberdade religiosa e a origem do ensino público. Também apresentou o trabalho social da Igreja do Evangelho Quadrangular, que realiza ações de saúde em todo o país — como ônibus médico-odontológicos, unidades móveis de mamografia e a Casa Margarida, em Belo Horizonte (MG), que já realizou milhares de atendimentos gratuitos. Em seguida, durante o Outubro Rosa, ressaltou o foco da igreja na saúde física, emocional e espiritual das mulheres e elogiou os líderes Pastor Mário de Oliveira e Pastora Bianca. Concluiu reafirmando a missão da denominação: “Jesus salva, batiza no Espírito Santo, cura e voltará.”.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou o Delegado da Polícia Federal Fábio Shor e o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, acusando-os de perseguição política contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, incluindo a abertura de novo inquérito contra o ex-Assessor Internacional Filipe Martins, com base em um documento de entrada nos Estados Unidos que o Governo americano já teria declarado falso. Afirmou que Filipe Martins foi submetido a tortura psicológica e isolamento para forçá-lo a delatar Bolsonaro, mas resistiu “com coragem e dignidade”. Também elogiou o Ministro Luiz Fux, que teria dito que Alexandre de Moraes “está mais preocupado em perseguir Bolsonaro do que em cumprir a lei”. Destacou que o ex-Presidente “foi julgado em tempo recorde, em apenas sete meses, por um crime inexistente e sem foro privilegiado”. Por fim, fez críticas ao que chamou de judicialização política e abuso de poder no STF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro está preso há 80 dias injustamente, sustentando que a detenção não se deve a crime algum, mas à sua postura de “enfrentar o sistema” e representar “a voz do povo” contra a corrupção. Disse que Bolsonaro é temido não pelo que fez, mas pelo que simboliza politicamente, tornando-se o “ponto de convergência” das manifestações populares iniciadas em 2013. Ressaltou que a prisão do ex-Presidente é uma tentativa de criminalizar milhões de brasileiros que o apoiam, e que o sistema político “rasgou o tecido social” ao afastar-se da população. Também criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de ameaçar opositores e legislar a partir do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente por declarar que críticas às urnas eletrônicas configuram crime. Encerrou afirmando que o STF perdeu a imparcialidade e que o Brasil vive um momento em que “questionar o sistema virou crime”, reforçando que Bolsonaro é preso por representar a resistência popular.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), tanto em nível nacional quanto estadual, com foco na gestão da Governadora Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte. Afirmou que o Estado está “falido”, com R\$ 54 bilhões em dívidas, previdência quebrada, saúde em colapso e educação com o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Criticou as obras de recuperação de estradas, apelidadas pela população de “estradas sonrisal”, que, segundo ele, “somem com a primeira chuva”. Disse que a situação é trágica e pediu que a Governadora renunciasse. Em seguida, denunciou esquemas de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Rio Grande do Norte, envolvendo servidores, advogados e entidades de fachada. Citou várias operações da Polícia Federal (PF) — como Ilha de Vera Cruz (2023), Vicarius (2024), Centenária (2024) e Sem Desconto (2025) —, com prejuízos de milhões de reais. Segundo ele, mais de 51 mil potiguares foram vítimas de descontos indevidos em benefícios, parte de um rombo nacional de bilhões de reais. Por fim, cobrou responsabilidade do Governo Federal e da PF, afirmando que “a roubalheira dos velinhos e velinhas” é uma vergonha nacional e que o Estado vive uma “realidade triste de incompetência e abandono”.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado celebrou a aprovação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro, revogando uma decisão anterior do Supremo Tribunal Federal (STF) que havia suprimido esse benefício. Disse que a decisão do STF foi “equivocada e injusta”, pois retirou um direito histórico e essencial da categoria. Explicou que a Comissão Mista, relatada pelo Deputado José Nélto, aprovou por unanimidade o texto que restabelece a transferência dos alvarás, o que considerou um ato de justiça e respeito aos trabalhadores taxistas. Ressaltou que o alvará representa o sustento e a segurança das famílias desses profissionais e que proteger esse direito é uma forma de valorizá-los, especialmente diante dos impactos causados pelos aplicativos de transporte, que ampliaram a concorrência e reduziram a renda dos taxistas tradicionais. Por fim, afirmou que espera uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

rápida aprovação da medida pelo Senado e declarou ter confiança de que o Presidente Lula sancionará o texto, reconhecendo “a importância social e econômica desses trabalhadores que enfrentam diariamente as ruas e a insegurança das grandes cidades”.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado defendeu a aprovação de Projeto de Lei nº 5.041, de 2025, que dispõe sobre o direito do passageiro aéreo ao transporte gratuito de bagagem de mão e item pessoal em voos domésticos e internacionais operados em território nacional, e dá outras providências. Criticou o que classificou como abusos das empresas do setor, destacando o alto custo das passagens, especialmente na Região Norte. Citou o exemplo de um bilhete de Santarém (PA) a Brasília (DF) que custava R\$ 7.900, valor superior ao de voos internacionais. Apelou ao Parlamento para discutir a regulamentação de um teto tarifário para o transporte aéreo. Ao final, anunciou a realização do maior rally off-road do Brasil, nos Municípios paraenses de Alenquer e Curuá, com a participação de mais de sete mil veículos e visitantes de várias regiões.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado defendeu o avanço da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2024, que prevê a redução gradativa da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e pensionistas em 10% ao ano, até a isenção total aos 76 anos. Destacou que a proposta buscava corrigir uma cobrança criada em 2003 e considerada injusta. Ressaltou o apoio de diversas entidades e Deputados à medida. Prestou homenagem ao Dia do Servidor Público, em 28 de outubro.

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado destacou a criação da Frente Parlamentar Cristã, resultado da união das Frentes Evangélica e Católica, que reuniu grande número de participantes em um ato de fé e diálogo entre parlamentares. Também ressaltou a aprovação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de táxi. Por fim, informou que a Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio, será instalada no dia 4 de novembro. Afirmou que o objetivo era fortalecer políticas públicas voltadas à população de baixa renda e ao setor de distribuição.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada anunciou sua participação em reunião no dia 31 de outubro, no Distrito de Extrema, em Rondônia, para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e dá outras providências. Destacou que muitas dessas localidades possuíam população e geração de riqueza superiores às de diversos Municípios, o que justificava a busca por autonomia administrativa. Reafirmou seu compromisso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

de atuar pela tramitação e votação do PLP 137 na Câmara dos Deputados, defendendo que a proposta representava um passo necessário para reconhecer a importância econômica e social dessas comunidades que cresciam de forma expressiva no estado e em outras regiões do País.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a redução de 4,9% no preço da gasolina nas distribuidoras, anunciada pela Petrobras em 21 de outubro. Informou que a medida representava um alívio para o orçamento das famílias e resultado de uma política de preços voltada ao interesse nacional. Comparou o cenário atual ao período de 2022, quando os combustíveis ultrapassavam R\$ 8,00 por litro e os Estados tiveram perdas fiscais com a redução do ICMS. Afirmou que a Petrobras retomou seu papel de instrumento de desenvolvimento e defendeu que a queda no valor chegue aos consumidores nos postos, reforçando a importância de uma gestão voltada ao povo brasileiro.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado registrou a realização de uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública com a presença do Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Ressaltou desafios e ações voltadas à segurança no Estado, tema que considerou central para os próximos anos. Destacou a participação das forças de segurança fluminenses, incluindo representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Defesa Civil e Degase. Parabenizou as instituições pelo trabalho realizado e ressaltou a importância da integração entre os órgãos para fortalecer a segurança pública. Afirmou sentir satisfação em contribuir com o debate e com iniciativas voltadas à proteção da população do Rio de Janeiro.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado fez apelo ao Google para restabelecer a monetização das redes sociais do Vereador Gabriel Monteiro, destacando que não havia decisão judicial que impedisse essa medida. Também abordou questões de infraestrutura em Mato Grosso, citando a paralisação de trechos das BRs 158 e 242 devido à falta de licenças ambientais. Elogiou o Presidente do IBAMA pela liberação da licença para pesquisa de petróleo na foz do Rio Amazonas, classificando a decisão como necessária para o desenvolvimento energético do País e destacando o equilíbrio entre preservação ambiental e geração de riqueza.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado destacou a importância da audiência pública realizada na Comissão de Segurança Pública, que contou com a presença do Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Ressaltou o papel da Polícia Militar do Estado, representada pelos tenentes-coronéis Menezes e Firme e pela Major Andrea, no fortalecimento das ações de segurança e na busca por recursos para o Rio de Janeiro. Elogiou o trabalho conduzido pelo Secretário da Polícia Militar, tenente-coronel Menezes, e afirmou que a corporação vinha atuando de forma dedicada e estratégica em defesa da população fluminense. Reiterou seu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

apoio às forças de segurança e ao esforço conjunto pela melhoria das condições de trabalho dos profissionais do setor.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou os investimentos do Governo da Bahia na área da saúde. Elogiou o Governador Jerônimo Rodrigues pela autorização da construção de quatro novas policlínicas regionais, com investimento superior a R\$ 40 milhões cada. Lembrou que o ex-Governador Rui Costa havia implantado 26 policlínicas que atendiam consórcios municipais com exames de média e alta complexidade. Afirmou que Jerônimo Rodrigues ampliou as ações com a criação de novos hospitais e visitas constantes aos Municípios — já tendo percorrido cerca de 350 das 417 cidades baianas. Ressaltou o compromisso do Governador com a melhoria da saúde, educação, infraestrutura e segurança pública em todo o Estado.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado pediu a inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza. Argumentou que a medida representava uma forma de valorizar os profissionais da educação e ampliar suas fontes de renda. Também solicitou ao Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, a votação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal. Destacou o papel essencial desses profissionais, que atuavam diretamente nas comunidades, e defendeu que a aprovação do projeto seria um reconhecimento ao trabalho realizado em todo o País.

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 5.279, de 2025, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir disciplina específica voltada à prevenção da violência contra a mulher. Explicou que a proposta alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei Maria da Penha, garantindo que o tema deixasse de ser apenas conteúdo transversal e passasse a ter disciplina própria no currículo escolar. Destacou que a educação é essencial para transformar a cultura machista no País e formar cidadãos conscientes sobre direitos humanos e respeito. Ressaltou que a medida visava quebrar o ciclo da violência, promovendo mudanças culturais desde a infância e protegendo futuras gerações.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado lamentou a morte do Cabo Vinícius, da Polícia Militar de Minas Gerais, assassinado em seu primeiro dia de férias ao intervir em um assalto. Ressaltou que o episódio evidenciou os riscos enfrentados diariamente pelos operadores de segurança e reforçou a necessidade de políticas públicas que contemplem suas peculiaridades, incluindo previdência, direitos trabalhistas e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

condições salariais adequadas. Destacou conquistas recentes, como a extensão de licenças-maternidade e paternidade na PM mineira, mas afirmou que ainda há desafios para garantir segurança e reconhecimento aos profissionais. Criticou a impunidade de criminosos e alertou para o “genocídio” silencioso que afeta militares, reforçando a urgência de justiça e proteção aos agentes de segurança pública em Minas Gerais.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado destacou a participação dos Vereadores Everton da Saúde e Rone Gonçalves, de Brejetuba (ES), no Congresso Nacional. Elogiou a gestão do Prefeito Levi da Mercedinha, ressaltando os resultados obtidos para a população local. Mencionou que Brejetuba produz a maior coagem de café do mundo, com mais de 8 mil litros, registrada no Guinness Book, reforçando a relevância econômica e cultural do Município. Afirmou que tem atuado em parceria com o Poder Legislativo municipal e com a administração do Prefeito Levi da Mercedinha, buscando apoiar iniciativas que beneficiem a comunidade e valorizem os representantes locais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou supostas pressões do Governo Federal sobre Prefeitos de Mato Grosso que não apoiam a Administração atual, afirmando que recursos estariam condicionados a alinhamento político. Também expressou preocupação com uma resolução em consulta pública da Ministra Marina Silva que poderia restringir o cultivo de frutas e plantas, como goiaba e eucalipto, prejudicando investimentos e o setor de biomassa em Mato Grosso. Alertou para o risco de insegurança jurídica e impactos econômicos, defendendo revisão da medida para preservar projetos estratégicos no Estado.

Átila Lira (PP - PI) - O Deputado registrou a participação de Vereadoras do Piauí na 3ª Conferência Nacional de Vereadoras, realizada em Brasília (DF). Destacou a presença da Vereadora Tercia, de Uruçuí (PI), e da Vereadora Telma, de Santa Rosa do Piauí e ex-Prefeita do Município, ressaltando o papel delas na discussão de políticas públicas voltadas ao empoderamento feminino e à participação da mulher na política. Afirmou que a representação de mulheres no Poder Legislativo Municipal é fundamental e destacou a importância da conferência como espaço de debate e fortalecimento da atuação política feminina no País, evidenciando o compromisso do Piauí em apoiar iniciativas de igualdade de gênero e participação cidadã.

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada comemorou a aprovação, na Comissão de Segurança Pública, do Projeto de Lei nº 3.337, de 2025, que acrescenta o art. 32-A à Lei nº 14.735, de 23 de dezembro de 2024 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), a fim de estabelecer que a pessoa diagnosticada com transtorno do espectro autista será considerada dependente do policial civil independentemente do grau de suporte constatado. Destacou que a proposta surgiu da necessidade de garantir direitos a familiares de policiais, que enfrentam desafios diários e dificuldades para obter reconhecimento legal sem recorrer à Justiça. Informou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

que fará parte da Comissão Especial destinada a discutir políticas públicas nacionais voltadas à proteção e ampliação dos direitos das pessoas com autismo, celebrando a conquista como avanço no amparo às famílias de policiais civis.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o Governo Federal, apontando diversos “registros negativos” durante sua gestão. Destacou aumento de mortes por dengue, desmatamento, queimadas, feminicídios, endividamento de famílias e empresas, falências e rombos fiscais, além de problemas em estatais como os Correios. Afirmou que os custos desses déficits seriam repassados à população, citando empréstimos, aumento de impostos e gastos com eventos culturais e viagens oficiais. Também mencionou 27 novos tributos criados e questionou a gestão de recursos públicos em programas e festivais. Concluiu apontando que, apesar da crise econômica e social, o Governo conseguiria convencer parte da população de uma suposta melhoria no País.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado registrou a presença do Vereador Fabio Assunção, de São Mateus do Maranhão (MA), durante sessão na Câmara. Destacou que o evento nacional do MDB contou com a entrega, pela Fundação Ulysses Guimarães, do programa de governo ao Presidente do partido, que servirá como referência para os candidatos a Governador, Deputado e Senador nas eleições de 2026. Informou que o programa abrange áreas como educação, saúde, microeconomia, ciência e tecnologia, e desenvolvimento rural, entre outras políticas públicas. Ressaltou a importância do alinhamento partidário e a participação de lideranças locais na formulação das estratégias e diretrizes que guiarão os candidatos do MDB nas próximas eleições.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado denunciou gravações ilegais que teriam sido usadas para coagir aliados e adversários do Governador do Maranhão. Afirmou que o irmão do Governador reconheceu a autenticidade dos áudios, enquanto o Governador Brandão tentou minimizar a situação, alegando que os envolvidos “se fizeram gravar”. Criticou a gestão estadual, apontando abandono de programas sociais como Minha Casa, Minha Vida, falhas na saúde e no sistema de segurança pública, além de concentração de poder e riqueza em estruturas familiares. Avaliou que o Governador traiu a confiança de aliados e do povo maranhense, transformando sua administração em um projeto patrimonialista, e classificou as gravações como imorais e ilegais, refletindo degradação política no Estado.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou encontro com o Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, em Brasília (DF), acompanhado pelo Diretor-Geral e pela Diretora Acadêmica do Instituto Federal Baiano, em Guanambi (BA). Destacou os 30 anos de atuação do Instituto Federal, que forma mais de 2.400



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

alunos em cursos técnicos e já qualificou jovens no oeste da Bahia e em outros Estados. Informou que o Instituto apresentou ao Ministro projeto de piscicultura e produção de alevinos no distrito de Ceraíma, retomando iniciativa interrompida pela crise hídrica. Elogiou o empenho do Ministro na avaliação do projeto, ressaltando a importância da iniciativa para o desenvolvimento local e para a formação de novos profissionais no setor.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou o Bolsa Família como o maior programa de transferência de renda do mundo, apontando que ele garante dignidade às famílias e dinamiza as economias locais. Ademais, destacou os avanços do Governo Lula, com 2,7 milhões de famílias deixando o programa social graças ao aumento da renda e à inclusão produtiva. Ao final, parabenizou o Ministro Wellington Dias pelo trabalho no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e defendeu a continuidade do Bolsa Família até que políticas estruturantes garantam emprego, renda e autonomia às famílias brasileiras.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado conclamou a igreja cristã a ser fiel em sua missão espiritual e rejeitar a instrumentalização político-partidária ocorrida nas últimas eleições. Alertou que a oração pelas autoridades, independentemente de ideologia, é um mandamento bíblico, e que a omissão nesse dever bloqueia as bênçãos divinas. Condenou a atitude de líderes religiosos que expressam ódio político, citando o caso de um pastor que afirmou ter orado pela morte do Presidente Lula. Por fim, contestou a crítica da ex-Primeira-Dama à oração do Bispo Samuel Ferreira por Lula e reafirmou que somente Jesus é o Senhor.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado parabenizou o Dr. Wilber Coimbra pela recondução à Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, destacando a seriedade e a eficiência da instituição, que contribui para o uso responsável dos recursos públicos. Cumprimentou também os demais membros da Diretoria do Tribunal e elogiou o trabalho dos servidores públicos de Rondônia, especialmente os que atuam na saúde e na segurança, por sua dedicação e compromisso com a população. Ao final, solicitou ao Ministério da Educação, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), à Universidade Federal de Rondônia (Unir) e ao Prefeito Léo Moraes homenagem póstuma ao cirurgião Dr. Marcos Veiga, propondo que o Hospital Universitário de Porto Velho (RO) receba seu nome em reconhecimento à sua contribuição à medicina e à educação.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Vereadora Kenia, do Município de Itapuã do Oeste (RO). Ademais, enfatizou o orgulho de apresentá-la publicamente à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

população de Rondônia e ao Brasil, qualificando-a como uma Parlamentar dedicada e de destaque no Município.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou solidariedade ao Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que ele deixou a 1ª Turma por não suportar a parcialidade de alguns colegas. Destacou que Fux atua com isenção e compromisso com a justiça, enquanto outros Ministros agem politicamente e em alinhamento com o Governo Federal. Ao final, alertou que o STF corre o risco de se tornar um tribunal de exceção.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado homenageou o Cabo Castro, da Polícia Militar de Minas Gerais, morto em combate ao tentar salvar vítimas durante um assalto, destacando sua bravura mesmo estando de folga. Ressaltou o empenho da corporação em defender a população e relatou que o Grupo Especializado em Recobrimento (GER) localizou e abateu um dos criminosos envolvidos. Apontou ainda o cansaço da população diante da impunidade e da leniência com marginais. Parabenizou os militares pela operação e criticou os Parlamentares defensores de criminosos. Ao final, enalteceu a honra da Polícia Militar e do povo mineiro diante do sacrifício do policial.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do estudante Murilo, de Ponta Grossa (PR), único ponta-grossense a receber a medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, destacando seu talento e o orgulho que representa para o Paraná e para o Brasil. Ademais, ressaltou que o jovem, aluno de escola pública e premiado também no programa internacional Caça Asteroides, representa a importância do investimento em educação e ciência. Ao final, homenageou também a mãe do estudante e os demais alunos do País.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou a redução da fome no Brasil, afirmando que nada é mais essencial do que garantir alimentação, educação e moradia às famílias. Destacou que 6,4 milhões de pessoas ainda vivem em situação de fome, mas ressaltou que esse é o menor índice desde 2004, quando o Deputado Patrus Ananias foi Ministro do Desenvolvimento Social do Governo Lula. Ao final, reforçou que o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome e que as políticas atuais do Governo Federal retomam a trajetória de combate à fome e promoção da dignidade das famílias brasileiras.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado destacou a importância da educação para a afirmação da soberania nacional e de um projeto de desenvolvimento brasileiro autônomo. Ademais, elogiou a recente aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Câmara dos Deputados e pelo Senado, e os avanços do Governo Lula na área educacional, como os investimentos no ensino médio e o programa Pé-de-Meia. Afirmou que o novo sistema permitirá uma ação integrada entre União, Estados e Municípios, promovendo ensino de qualidade desde a educação infantil até a pós-graduação. Ao final, defendeu o fortalecimento dos conteúdos pedagógicos, com ênfase na história, geografia e filosofia, para estimular o pensamento crítico das crianças e dos jovens brasileiros.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o fechamento de cerca de 500 agências dos Correios desde o início do Governo Lula, citando o caso de Ivoti (RS), cuja unidade foi despejada por falta de pagamento de aluguel. Ademais, condenou a má gestão da estatal, que acumula prejuízo de quase 5 bilhões de reais, e afirmou que o Governo Federal recorre a empréstimos de bancos públicos para evitar a dependência financeira da empresa. Defendeu ainda a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar irregularidades nos Correios e relacionou o caso às fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, recriminou a corrupção do Governo Lula e elogiou o trabalho do Relator da CPMI do INSS, Deputado Alfredo Gaspar.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado elogiou a nova redução de 4,9% no preço da gasolina anunciada pela Petrobras, acumulando queda de 10,3% em 2025. Informou ainda que o litro custa agora, em média, R\$ 2,71 nas distribuidoras, ante R\$ 4,06 em janeiro de 2022, e que o diesel passou de R\$ 5,61 para R\$ 3,27 no mesmo período. Ressaltou também que, em valores reais, a gasolina caiu 22,4% e o diesel 35,9%, citando que no Piauí o preço ao consumidor estabilizou entre R\$ 5,50 e R\$ 6,15. Por fim, destacou que a Petrobras, sob o Governo Lula, deixou de priorizar acionistas e interesses internacionais para servir ao País, garantindo preços estáveis, investimentos em transição energética e apoio ao crescimento econômico nacional.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado repercutiu declaração do ex-Secretário assistente para o Financiamento do Terrorismo do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, feita em audiência no Senado norte-americano, segundo a qual recursos ilícitos provenientes do regime venezuelano teriam financiado campanhas políticas da Esquerda na América Latina, inclusive do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Ademais, afirmou que o Presidente Lula mantém aliança com o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por temer possíveis revelações sobre esse financiamento. Ao final, informou que a Oposição ingressará com representação na Procuradoria-Geral da República para apurar as denúncias de uso de dinheiro do narcotráfico em campanhas eleitorais do PT.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada criticou o Ministro Luís Roberto Barroso por, em seu último ato no Supremo Tribunal Federal (STF), votar a favor da descriminalização do aborto, afirmando que tal posição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

representa um “legado de morte” e agradecendo a entidades religiosas pela mobilização contrária à medida. Relembrou ainda que a legislação brasileira só permite o aborto em casos de risco de morte da mãe, inviabilidade do feto ou estupro. Ademais, denunciou que o Governo do Rio Grande do Norte está orientando alunos da rede pública em tempo integral a almoçarem em casa por falta de merenda escolar, enquanto destina recursos para festas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao final, condenou o descaso da Governadora com as crianças.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Rodrigo Medeiros, de Tanguá (RJ).

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a nomeação do Deputado Guilherme Boulos para o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmando que o critério para ocupar o cargo é a incompetência. Ademais, acusou Boulos de nunca ter trabalhado nem gerado empregos e de ser conhecido apenas por liderar invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Apontou ainda que o novo Ministro poderia se tornar substituto ou vice de Lula em eventual candidatura futura. Ao final, condenou os prejuízos das estatais, especialmente os Correios, com projeção de perda entre 8 e 9 bilhões de reais, e reprovou o Governo Lula por planejar recorrer a empréstimos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou que o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, antecipou receitas de royalties do petróleo e utilizou recursos do Rioprevidência para quitar dívidas do Estado, comprometendo o futuro dos servidores e perpetuando práticas fisiológicas. Ademais, alertou que os valores obtidos com a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) foram direcionados a campanhas eleitorais e repassados a Municípios, enquanto a tarifa de água aumentou. Reprovou ainda a intenção do Governo Estadual de vender nova parte da CEDAE e defendeu investimentos em educação e segurança. Além disso, reprovou o Prefeito Eduardo Paes por negociar aliança com o Partido Liberal (PL) e mudar de posição política conforme os interesses eleitorais. Ao final, convocou a Esquerda à união em torno de um projeto renovador para o Estado do Rio de Janeiro.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada lamentou o rebaixamento do nível dos debates na Câmara dos Deputados, afirmando que, em quase quatro décadas de vida pública, nunca presenciou um ambiente tão hostil. Ademais, destacou que a Oposição se limita a ofensas e xingamentos, sem apresentar propostas ou projetos que contribuam para o País. Além disso, criticou a falta de respeito entre os Parlamentares e o ataque a familiares, especialmente a mulheres, filhas e esposas. Defendeu ainda que o Parlamento recupere o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

decoro, o espírito democrático e a capacidade de diálogo construtivo. Ao final, afirmou que acredita na superação desse momento de intolerância.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado tratou da inclusão das pessoas com deficiência, denunciando distorções nas cotas de acesso a empregos e concursos públicos. Relatou o caso de Wilton Medeiros, jornalista cego total e estudante de Direito, que denunciou a desigualdade dentro do próprio sistema de cotas, no qual deficientes visuais competem com pessoas de limitações menores, como visão monocular ou perda parcial de membros. Ademais, alegou que a política atual desestimula e exclui quem mais precisa de equidade, defendendo que igualdade significa tratar desigualmente os desiguais. Criticou também a falta de acessibilidade no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que oferece apenas tempo adicional, sem considerar a dificuldade de leitura por voz. Ao final, anunciou requerimento de audiência pública para discutir a reformulação das cotas com base na realidade das deficiências.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem para denunciar irregularidades na reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Relatou que foram incluídos requerimentos extrapauta, alguns de autoria do próprio Presidente da Comissão, que participou da votação de seus próprios pedidos, sem quórum e sem votação nominal, em desrespeito às normas regimentais. Criticou também a aprovação de várias convocações do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, sem debate prévio, lamentando a condução abusiva e autoritária da reunião. Ao final, solicitou a anulação das deliberações e pediu que o Presidente da Câmara dos Deputados coíba práticas que violem o Regimento e o funcionamento regular das Comissões.

Alexandre Guimarães (MDB - TO) - O Deputado repudiou o voto do Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), favorável à descriminalização do aborto. Ademais, afirmou que o Ministro “sujou as mãos de sangue”, representando a interferência do Poder Judiciário nas prerrogativas do Parlamento, que detém a competência exclusiva para legislar sobre matéria penal. Ressaltou que tanto a Constituição Federal como o Código Civil asseguram o direito à vida desde a concepção e que a legalização do aborto representa uma ameaça à democracia. Ao final, conclamou Parlamentares e cidadãos a se unirem em defesa da vida.

ORDEM DO DIA

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado registrou a presença do Embaixador da França, Sr. Emmanuel Lenain, no plenário.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada levantou uma questão de ordem com base no art. 19, inciso I, da Constituição, argumentando que a criação de uma bancada cristã na Câmara viola o princípio do Estado laico. Destacou que o projeto, ao conceder à bancada funções institucionais como voz e voto no Colégio de Líderes, estabelece uma relação de aliança entre o Estado e uma religião, o que é proibido. Afirmou ainda respeitar a fé cristã, mas ressaltou que o espaço político não deve privilegiar nenhuma crença. Além disso, comparou a proposta às bancadas feminina e negra, que têm base em desigualdades históricas e não em religião.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Jeferson Rodrigues (REPUBLICANOS - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Mário Heringer (PDT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 71, de 2025, que cria a Bancada Cristã da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado declarou apoio à criação da bancada cristã, considerando o momento histórico e ressaltando a importância de defender valores e princípios cristãos também nas reuniões de líderes. Afirmou que a nova bancada representará a maioria dos brasileiros e comparou a iniciativa à existência das bancadas feminina e negra, defendendo que a representação cristã é igualmente legítima. Finalizou elogiando a Câmara pela iniciativa e expressando confiança na aprovação da proposta.

Gilberto Nascimento (PSD - SP) - O Deputado agradeceu aos colegas que se manifestaram sobre a proposta de criação da bancada cristã, destacando especialmente os que optaram pela abstenção em vez da obstrução. Defendeu a legitimidade da nova bancada, argumentando que católicos e evangélicos, juntos, representam mais de 80% da população brasileira. Finalizou agradecendo ao Presidente por pautar o projeto.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado saudou a Presidente da Federação dos Taxistas do Rio de Janeiro, Adriana Lório, e estendeu o cumprimento a todos os taxistas do Brasil. Comemorou a aprovação, na Comissão Mista, da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, que extingue a taxa de verificação de taxímetros e permite a cessão dos direitos das outorgas aos herdeiros, corrigindo uma antiga injustiça. Agradeceu também ao Relator da proposta, Deputado José Nelto, pelo trabalho realizado.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de comissão ao Projeto de Lei nº 3.640,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Alex Manente (CIDADANIA - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada prestou esclarecimentos na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei (PL) nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). Esclareceu que, após diálogo com o Relator do PL, foi retirada a previsão que permitia ao STF determinar a obrigatoriedade de legislar a partir de solicitações de partidos. Ademais, defendeu que, embora o Supremo possa estabelecer prazo para o Congresso legislar, ele não pode substituir o Legislativo na elaboração de leis, criticando práticas atuais do STF que têm extrapolado suas competências. Por fim, assegurou que o projeto de lei não autoriza o Supremo a legislar.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). Além disso, lembrou o Presidente da necessidade de cobrar do Senado Federal o avanço da PEC das Prerrogativas (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021) e defendeu sua aprovação como medida essencial para o estabelecimento da democracia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado protestou contra a posição do Partido Liberal (PL) de orientar a bancada no sentido de apoiar o Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). Ressaltou que o projeto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

amplia o poder do STF em detrimento do Parlamento, e criticou a atuação do partido por não ingressar com ações judiciais, como o Partido NOVO faz, sugerindo que essa omissão possa estar associada a interesses escusos. Por fim, argumentou que a proposição prejudica também os partidos de Oposição e defendeu que a orientação do PL devesse ser de liberação de bancada, respeitando a diversidade de posicionamentos dentro da própria Oposição.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Alex Manente (CIDADANIA - SP) - O Deputado, que foi Relator do Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, destacou a importância da proposição para a consolidação de ritos e procedimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), assinalando que a iniciativa visa garantir previsibilidade jurídica e respeito à decisão da maioria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

democrática da Câmara dos Deputados. Além disso, criticou a reversão de decisões legislativas por ministros do STF e defendeu que a proposta representa uma oportunidade de reequilíbrio institucional. Por fim, reconheceu o papel dos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e destacou a atuação dos Deputados Paulo Azi, Bia Kicis e Marcos Pereira no processo de tramitação do projeto.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra apreciação conclusiva de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra a apreciação conclusiva, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, do substitutivo do Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 22, de 2025, que recorre contra a apreciação conclusiva, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, do substitutivo do Projeto de Lei nº 3.640, de 2023, que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

BREVES COMUNICAÇÕES

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado lamentou a não aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de projeto que buscava corrigir prejuízos trazidos pela Lei nº 13.954 aos policiais e bombeiros militares, especialmente veteranos, que passaram a contribuir com a Previdência após a aposentadoria. Além disso, cobrou justiça salarial e melhores condições para as forças de segurança, destacando o baixo vencimento dos profissionais da Paraíba e a omissão do Congresso desde a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008. Também criticou Governadores do Nordeste e o tratamento dado à categoria. Ademais, saudou o Conselho de Ética pelo arquivamento do processo contra o Deputado Eduardo Bolsonaro e denunciou perseguição política à Oposição e ao ex-Presidente Bolsonaro, defendendo a aprovação de uma anistia ampla e geral.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu o princípio do Estado laico ao criticar a aprovação, na Câmara, de proposta que criou uma estrutura institucional voltada a uma orientação religiosa específica. Afirmou que o Estado não deve se alinhar a nenhuma crença, ressaltando que sua função é garantir igualdade de direitos a todos, independentemente de fé ou ausência dela. Declarou voto contrário à proposta de criação da bancada cristã e reiterou que a mistura entre política e religião fere a laicidade e o respeito à diversidade religiosa e filosófica da sociedade brasileira.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou o lançamento do programa “Caminhos para o Brasil”, elaborado pelo MDB e pela Fundação Ulysses Guimarães, durante encontro nacional que reuniu mais de mil militantes em Brasília (DF). Em seguida, explicou que o documento, que servirá de base para a atuação do partido nas eleições de 2026, defendeu o equilíbrio fiscal, a sustentabilidade das políticas sociais e o fortalecimento da economia. Ademais, ressaltou a importância de verticalizar a produção das terras raras e estimular a indústria nacional de semicondutores. Enfatizou também o foco na educação infantil e na melhoria do ensino básico como prioridades para o desenvolvimento do País.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença, na Câmara dos Deputados, do ex-Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Dr. Ogando Luiz e de seu filho, Dr. Thiago Barroso, ambos cardiologistas. Destacou que Ogando Luiz, ex-colega do Deputado Altineu Côrtes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, exerceu papel relevante na vida pública do Estado. Em nome do PL fluminense, expressou satisfação em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

recebê-los em Brasília e reconheceu as contribuições dos convidados tanto na medicina quanto na política do Rio de Janeiro.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a decisão judicial que suspendeu a Resolução nº 95, de 2024, da Secretaria de Educação de São Paulo, resultado de ação movida pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Explicou que a medida garantia o direito à licença médica e determinava a readmissão e o restabelecimento da jornada de educadores afastados, especialmente os da Categoria O, que atuavam em salas de leitura e no Projeto de Apoio à Tecnologia da Informação (Proat). Também destacou o papel do Coletivo Sindical Trabalhadoras e Trabalhadores na Luta Socialista (TLS) e do sindicato na mobilização e classificou a vitória como um marco na defesa dos direitos trabalhistas e da educação pública paulista.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado lamentou a decisão do Conselho de Ética que arquivou o processo contra o Deputado Eduardo Bolsonaro, afirmando que ele articulou sanções contra o Brasil enquanto continua recebendo recursos públicos. Em seguida, criticou a blindagem de Parlamentares envolvidos em irregularidades e citou decisões recentes da Câmara que enfraqueceram a responsabilização política. Em contraponto, destacou avanços do Governo Federal, como a redução da inflação e dos combustíveis, o aumento da renda e do salário mínimo, a queda do desemprego e a saída de mais de dois milhões de famílias do Bolsa Família, apontando melhora econômica e inclusão social.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado destacou a importância da produção de leite para a geração de emprego e renda na agricultura familiar, especialmente no Alto Sertão sergipano. Informou que o Núcleo Agrário do PT e a bancada federal se reuniram com o Ministro do Desenvolvimento Agrário e anunciaram a criação de um grupo de trabalho voltado ao setor. Ademais, afirmou que o objetivo é implementar medidas para garantir preço mínimo, reduzir importações e valorizar o leite nacional, fortalecendo cooperativas e produtores familiares em todo o País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado comentou a criação de uma nova bancada na Câmara e defendeu a liberdade individual dos Deputados em votações. Na sequência, criticou o aumento das tarifas de energia elétrica autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com reajustes de até 18% em alguns Estados, e afirmou que a classe média tem arcado com os custos de um Governo irresponsável. Nesse sentido, condenou o discurso do Ministro Fernando Haddad, que divide ricos e pobres e afasta empreendedores do País. Também apontou que o sistema tributário brasileiro penaliza empresários e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

trabalhadores, dificultando a mobilidade social. Por fim, reforçou que o Partido Novo se opõe a aumentos de impostos que prejudiquem o cidadão.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada cobrou da Prefeitura de São Paulo a convocação dos aprovados nos concursos para professor de educação infantil (PEI), professor de educação infantil e ensino fundamental (PEIF), e auxiliar técnico de educação (ATE). Afirmou que há carência de profissionais na rede pública e criticou a gestão municipal por manter vagas ociosas enquanto aposta em um modelo de precarização das relações de trabalho. Ademais, informou que o caso foi levado ao Ministério Público e que acompanha o movimento Convoca Já, que defende a imediata nomeação dos concursados.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado celebrou as conquistas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse), destacando a decisão judicial que determinou ao Governador Tarcísio de Freitas a reintegração de educadores demitidos durante licença médica, classificando o episódio como inaceitável. Em seguida, cumprimentou o Presidente da Apeoesp, Fábio Moraes, e a Deputada Estadual Professora Bebel pela condução da luta. Homenageou ainda os trabalhadores da Afuse, que completaram 40 anos de atuação, reconhecendo o papel essencial de técnicos, merendeiras e demais profissionais na rede pública de ensino.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou o Governo Lula, classificando-o como marcado por má gestão, aumento de impostos e uso político de estatais. Mencionou a exclusão dos Correios e outras seis empresas do programa de privatização, o que teria servido para ampliar cargos políticos. Também citou reportagens que apontaram 27 aumentos de tributos em três anos e criticou a ausência de medidas de corte de gastos e combate a fraudes. Além disso, denunciou irregularidades no seguro-defeso e afirmou que órgãos como a Advocacia-Geral da União estariam agindo de forma política. Ao finalizar, pediu providências ao Ministro Jorge Messias diante do que classificou de desmonte institucional.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado defendeu a Deputada Carla Zambelli, afirmando que ela foi alvo de uma injustiça judicial. Criticou a decisão que a condenou por suposto envolvimento em invasões ao *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsificações ideológicas, alegando ausência de provas e nexo de causalidade. Além disso, enfatizou que a condenação se baseou apenas em um e-mail sem comprovação de autoria ou conteúdo relevante. Também argumentou que houve erro na dosimetria da pena e que o caso deveria ser considerado crime impossível por falta de potencial para enganar autoridades. Por fim, pediu à Comissão de Constituição e Justiça e ao Relator Diego Garcia que garantissem a manutenção do mandato de Zambelli por justiça e coerência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação unânime no Senado do projeto relatado pela Deputada Damares Alves que instituiu o Dia Internacional das Meninas, destacando sua relevância para políticas públicas de fortalecimento feminino. Ademais, registrou a criação de Secretarias de Políticas para as Mulheres em cinco Estados do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) — Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná — e elogiou o Governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, por cumprir o compromisso de criar a pasta em seu Estado. Também enfatizou a importância dessas secretarias na defesa da dignidade e dos direitos das mulheres que são chefes de família e sustentam boa parte do País.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado criticou manifestações de Parlamentares de Esquerda no Conselho de Ética que atacaram a família Bolsonaro. Relatou ter ouvido um Deputado chamar o ex-Presidente Jair Bolsonaro de “lixo” e rebateu afirmando que o “lixo” seria o Presidente Lula, recordando sua prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Mencionou ainda as manifestações de apoio que Lula recebeu em frente à sede da Polícia Federal, em Curitiba (PR), durante o período em que esteve preso.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Governo Lula por planejar novos aumentos de impostos e acusou o Ministro da Fazenda de preparar uma medida provisória para elevar a carga tributária. Além disso, afirmou que já foram criados ou ampliados 27 tributos desde o início da atual gestão e classificou a política fiscal como irresponsável com o setor produtivo. Também citou a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, e disse que o texto original, elaborado por um Deputado do PT, isentava as apostas eletrônicas de tributação. Ademais, responsabilizou o Supremo Tribunal Federal (STF) pela autorização do aumento do IOF e alertou que o Governo busca arrecadar mais para fins eleitorais. Concluiu reafirmando voto contrário a qualquer nova elevação de impostos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado apresentou um balanço das ações realizadas com suas emendas parlamentares no Rio Grande do Norte, destacando o investimento de quase 30 milhões de reais em segurança pública em dois anos de mandato. Ainda sobre o assunto, informou que os recursos foram aplicados na compra de armamentos, equipamentos, construção e reforma de unidades policiais e na criação de núcleos de combate a facções criminosas em Caicó (RN), Pau dos Ferros (RN) e Mossoró (RN). Ademais, comparou sua atuação, voltada ao fortalecimento das forças de segurança, à da Governadora Fátima Bezerra, que investiu em câmeras de monitoramento policial. Defendeu leis mais rígidas contra o crime organizado e afirmou que seu mandato representa os operadores de segurança pública e o povo do Rio Grande do Norte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou o desequilíbrio entre os Poderes e o avanço do ativismo do Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse sentido, citou decisões dos Ministros Toffoli, Alexandre de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Moraes e Gilmar Mendes como exemplos de abusos e afirmou que quem questiona esses atos passa a ser alvo de investigações. Criticou também o projeto que limita a atuação de partidos pequenos, por entender que fere a Constituição. Além disso, denunciou práticas de subserviência no Congresso, mencionando ameaças e pressões partidárias para influenciar votos. Ao final, acusou o Presidente Lula de machismo por não indicar uma mulher ao STF e afirmou que o Governo demonstra incoerência e falta de compromisso com princípios e valores.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado solicitou ao Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, a prorrogação do período de pesca da lagosta no Rio Grande do Norte e em outros Estados do Nordeste. Explicou que, segundo a Portaria Interministerial nº 31, de 2025, a temporada atual vai de 1º de maio a 30 de outubro, mas condições climáticas e operacionais dificultaram o cumprimento das cotas estabelecidas. Destacou que a atividade é essencial para a economia potiguar e sustento de centenas de famílias de pescadores. Também alertou que a não ampliação do prazo agravaria as dificuldades enfrentadas, sobretudo diante dos atrasos no pagamento do Seguro Defeso, e defendeu uma solução equilibrada, com responsabilidade ambiental.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado homenageou a Cooperativa Selita pelos 87 anos de fundação, destacando sua relevância econômica e social para o Espírito Santo. Lembrou que a entidade foi fundada em 22 de outubro de 1938, com apenas 25 produtores do sul capixaba, e atualmente reúne cerca de 1.500 associados e recebe aproximadamente 400 mil litros de leite por dia. Em seguida, ressaltou os investimentos recentes realizados para modernizar a base produtiva e fortalecer o sistema de processamento. Ademais, parabenizou o Presidente Rubens Moreira, a Diretoria e todos os cooperados pelo compromisso com o cooperativismo e afirmou que a Selita é motivo de orgulho para o Estado, sendo uma das marcas mais reconhecidas e respeitadas do setor.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada criticou o Partido dos Trabalhadores por, segundo ela, promover ataques recorrentes à família Bolsonaro e, mais recentemente, à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Afirmou que o PT tenta “assassinar reputações” e mencionou a reabertura de um processo arquivado no TCU contra Michelle Bolsonaro sobre o programa Pátria Voluntária. Acusou o partido de desviar o foco de investigações sobre fraudes no INSS e de atacar mulheres conservadoras por representarem uma ameaça ao projeto político petista.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado afirmou que o País vive um enfraquecimento da democracia e criticou decisões do Ministro Alexandre de Moraes, a quem chamou de “tirano”. Mencionou a declaração da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Ministra Cármen Lúcia, de que a democracia se baseia na confiança e na liberdade. Contestou a ideia de que criticar as urnas eletrônicas configure crime e declarou que o Brasil enfrenta uma “ditadura da toga”. Por fim, defendeu a liberdade de expressão, mencionou casos de pessoas que, segundo ele, foram injustiçadas por defenderem esse ideal e afirmou acreditar na restauração da paz e da democracia no País.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada pediu ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, que coloque em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2025, que busca sustar os efeitos de uma resolução nº 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Afirmou que a medida é essencial para a defesa da vida e acusou o Conselho de ter flexibilizado o aborto até o nono mês de gestação, sem consentimento dos pais. Também classificou a resolução como ilegal e inconstitucional, argumentando que o Conanda não teria competência para editá-la.

Euclides Pettersen (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado destacou o avanço da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023, de autoria do Senador Cleitinho, que propõe isenção de IPVA para veículos com mais de 20 anos. Informou que foi designado Relator da proposta e que a Comissão Especial já foi instalada na Câmara, sob a presidência do Deputado André Ferreira. Argumentou que o tributo é injusto com proprietários de carros antigos e defendeu que a medida beneficiará cidadãos que mais precisam de políticas públicas. Também afirmou que, com a expansão dos pedágios nas estradas, a cobrança de IPVA configuraria dupla tributação, e reforçou o compromisso de aprovar a PEC para que entre em vigor no próximo ano.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado parabenizou a Polícia Civil do Rio Grande do Norte, em especial a Delegacia Especializada em Narcóticos (Denarc), pelas operações que resultaram na apreensão de mais de duas toneladas de drogas, entre cocaína e maconha. Também destacou o empenho das forças de segurança do Estado, mesmo diante da falta de estrutura e de políticas públicas que, segundo ele, limitam o trabalho policial. Por fim, informou ter apresentado moção de louvor na Comissão de Segurança Pública e mencionou investimentos superiores a R\$ 3 milhões destinados à Polícia Civil potiguar, com o objetivo de fortalecer o combate ao crime organizado e valorizar os profissionais da segurança pública.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada criticou o Governo por gastos considerados de luxo e apontou perseguição política a adversários do PT, citando a prisão de pessoas envolvidas nos atos de 8 de Janeiro e do ex-Presidente Bolsonaro. Denunciou a violação de princípios constitucionais, como o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência, e questionou a competência do STF nos casos. Também defendeu a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

votação do projeto de anistia, ressaltando que a urgência já havia sido aprovada por ampla maioria na Câmara, e pediu que o mérito fosse analisado para garantir justiça e pacificação nacional.

Sargento Fahur (PSD - PR) - Deputado informou sobre uma audiência pública com a participação do Governador do Rio de Janeiro, quando foram relatadas informações de redução do efetivo de forças policiais nas fronteiras, o que considerou preocupante diante do tráfico de armas e drogas. Relatou que, no Paraná, colaborou com o Governo estadual para compra de mais de 3 mil fuzis, dos quais 1.500 já haviam sido entregues a polícias. Também elogiou operações que neutralizaram criminosos e defendeu medidas duras contra o crime, afirmando que, a curto prazo, seria necessária ação enérgica enquanto a educação atuaria a médio e longo prazos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu o Pastor Francisco Miranda, líder da Assembleia de Deus em Mossoró (RN), que foi alvo de críticas de páginas de Esquerda após a Prefeitura destinar R\$ 50 mil para apoiar o evento “Mossoró para Cristo”. Destacou que o encontro ocorre há 37 anos, com ações evangelísticas e sociais, e afirmou que a parceria entre igreja e poder público traz benefícios à comunidade. Por fim, classificou os ataques como mal-intencionados e prestou homenagem ao pastor, reconhecendo seu trabalho religioso e social na cidade.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado criticou o Governador do Rio de Janeiro por afirmar, em audiência pública na Comissão de Segurança Pública, que o Regime de Recuperação Fiscal impediria o reajuste dos servidores estaduais. Contestou o argumento, citando dispositivos da Constituição e das Leis Complementares nº 159, de 2017 e nº 101, de 2000, que garantem o direito ao reajuste anual para preservar o poder aquisitivo. Por fim, cobrou o pagamento de parcelas salariais atrasadas e acusou o Governo estadual de descumprir promessas feitas na campanha de 2022.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada homenageou o Papa São João Paulo II, destacando seu papel na queda do Muro de Berlim e na derrocada do socialismo real, atuando como braço religioso ao lado do braço político representado por Ronald Reagan. Ressaltou a importância de relembrar a trajetória do Papa polonês, que ajudou a derrotar o comunismo.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado rebateu declarações do Governador Cláudio Castro sobre aprovados em concursos públicos no Rio de Janeiro, destacando que os candidatos dedicaram tempo e recursos para conquistar suas vagas e merecem respeito. Criticou a realização de novos concursos enquanto há aprovados pendentes de convocação, afirmando que ignorá-los desperdiça recursos públicos e prejudica a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

eficiência da administração. Também destacou a necessidade de reforço imediato do efetivo na Polícia Militar e em outros órgãos, citando concursos antigos e recentes, e pediu a publicação das convocações para garantir o funcionamento do Estado e a segurança da população.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do parecer de sua relatoria ao Projeto de Lei nº 6.014, de 2013, de autoria do Deputado Marcelo Crivella, que institui inspeções prediais periódicas e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE). Destacou que a proposta preenche uma lacuna histórica na legislação brasileira, prevenindo acidentes e protegendo vidas diante de desabamentos e falhas estruturais em edifícios. Informou que o substitutivo aprovado estabelece prazos razoáveis para as vistorias, define parâmetros técnicos alinhados à ABNT e prevê gratuidade do LITE para templos religiosos, entidades beneficentes e organizações sem fins lucrativos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a presença da Primeira-Dama Janja Lula da Silva em eventos oficiais da ONU, apontando que sua participação em reuniões diplomáticas e de Governo violou princípios republicanos e representou uma confusão entre o público e o privado. Afirmou que o Decreto nº 12.604, de 2025, que amplia o acesso da Primeira-Dama à estrutura da Presidência, buscou legalizar uma influência sem respaldo constitucional. Por fim, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.604, de 28 de agosto de 2025, que remaneja cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a Estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Destacou ainda que o Congresso tem o dever de preservar a separação entre as esferas de Poder e restaurar a legalidade no exercício das funções públicas.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comunicou sanção da Lei nº 15.222, de 2025, originária de iniciativa da Senadora Damares Alves, que estabelece regras flexíveis para licença-maternidade e salário-maternidade em casos de complicações no nascimento com internação hospitalar. Destacou que a lei garante convivência plena entre mães e bebês em casa, independentemente das circunstâncias do nascimento, assegurando que internações superiores a 14 dias não esgotam direito aos 120 dias de convivência no lar. Além disso, ressaltou proteção à mãe contra retorno obrigatório ao trabalho antes da alta da criança e manutenção do salário-maternidade durante internação e por 120 dias após, descontado eventual repouso pré-parto. Informou que o salário-maternidade segue mesma regra. Enfatizou também que evidências médicas e psicológicas comprovam importância do contato prolongado nos primeiros meses para neurodesenvolvimento, formação de vínculos seguros e desenvolvimento emocional. Por fim, reafirmou que a medida repara omissão legislativa anterior e responde às famílias que enfrentam desafios de partos prematuros e internações prolongadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou os duzentos anos de relações diplomáticas entre Brasil e Reino Unido, marcadas por amizade, diálogo e cooperação. Ressaltou que desde 1825 os dois países mantiveram uma parceria sólida, ampliada para as áreas política, econômica, científica, cultural e ambiental. Mencionou que as transações bilaterais somaram 5,7 bilhões de dólares entre janeiro e setembro, reflexo da confiança mútua. Enfatizou também a criação da Aliança Global para Energia Limpa, o apoio britânico à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a colaboração na preservação da Amazônia. Por fim, valorizou o papel da diplomacia parlamentar e reafirmou a importância do diálogo e do desenvolvimento sustentável para o futuro das duas nações.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a importância do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e na promoção da inclusão social. Ressaltou que o programa evoluiu desde sua criação em 2003 e que a Regra de Proteção tem permitido a coexistência entre o benefício e o emprego formal. Mencionou que mais de 712 mil beneficiários assinaram carteira de trabalho neste ano, evidenciando o impacto positivo da política pública. Também citou o mecanismo do Retorno Garantido, criado em 2023, que permite retorno ao programa sem longas filas caso beneficiário volte a vulnerabilidade. Defendeu o fortalecimento do Bolsa Família como instrumento de autonomia econômica e proteção social, aliado a políticas de saúde, educação e assistência para promover igualdade de oportunidades.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado denunciou a perseguição religiosa contra cristãos na Nigéria, com base em relatório da organização *Intersociety*, que apontou mais de sete mil mortes apenas em 2025. Classificou os ataques como um genocídio da fé e criticou o silêncio de organismos internacionais e governos diante das execuções e destruições promovidas por grupos extremistas. Pediu que o Itamaraty cobre do Governo nigeriano medidas de proteção às minorias cristãs e defendeu que o Brasil use sua influência diplomática em favor da liberdade religiosa. Encerrou conclamando a sociedade brasileira à oração pelos perseguidos e à defesa da fé e dos valores humanitários.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado criticou o Decreto nº 12.686, de 2025, por considerá-lo um retrocesso nos direitos das pessoas com deficiência e nas garantias de escolha das famílias. Segundo sua avaliação, a medida enfraqueceu o apoio técnico e financeiro às instituições especializadas, particularmente as APAEs, que atendem alunos com deficiência severa e múltipla. Em resposta, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2025, destinado a sustar os efeitos daquele decreto, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Defendeu, ainda, que inclusão e especialização devem coexistir harmoniosamente e convocou o Congresso, as famílias e a sociedade civil a se mobilizarem em defesa das entidades que prestam serviços essenciais à educação inclusiva.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 230.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 22/10/2025

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou a necessidade de tornar a previdência complementar mais justa, sustentável e acessível. Afirmou que o envelhecimento populacional e as mudanças no mercado de trabalho tornaram o tema uma prioridade estratégica. Defendeu ainda a ampliação do acesso ao sistema para trabalhadores autônomos, microempreendedores e pessoas em situação de vulnerabilidade, com base em cinco pilares: inclusão, transparência, educação financeira, sustentabilidade e inovação. Além disso, propôs medidas como simplificação regulatória, incentivos fiscais progressivos e fortalecimento da portabilidade entre fundos. Por fim, ressaltou que a previdência complementar deve ser um direito de todos e um instrumento de justiça social, equilíbrio intergeracional e desenvolvimento econômico.

Stefano Aguiar (PSD - MG) - O Deputado homenageou os professores pelo Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro, destacando o papel essencial desses profissionais na formação de cidadãos e na transformação da sociedade. Afirmou que ser professor é acreditar no potencial de cada aluno e manter o compromisso com a educação mesmo diante das dificuldades. Ressaltou ainda que a valorização, o respeito e o reconhecimento da categoria são fundamentais para o desenvolvimento do País. Por fim, reafirmou o compromisso de defender políticas que garantam melhores condições de trabalho e remuneração aos educadores, classificando-os como pilares da construção do futuro do Brasil.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou que a sustentabilidade deve ser tratada como uma questão de sobrevivência e não de ideologia, defendendo uma abordagem baseada em ciência, responsabilidade e compromisso coletivo. Afirmou que o desenvolvimento econômico e tecnológico historicamente ignorou os impactos ambientais, resultando em graves consequências globais. Ressaltou ainda que cabe ao Congresso Nacional criar leis que conciliem progresso e preservação, garantindo responsabilidade ambiental e social. Enfatizou também o papel das empresas na transição sustentável e defendeu que a sustentabilidade se torne política de Estado, guiada por critérios técnicos e éticos. Concluiu afirmando que o Brasil precisa integrar ciência, economia e meio ambiente para assegurar um futuro equilibrado para as próximas gerações.

ENCERRAMENTO